



VII Colóquio Internacional São Cristóvão/SE/Brasil
“Educação e Contemporaneidade” 19 a 21 de setembro de 2013
ISSN 1982-3657



CENÁRIOS DAS OPORTUNIDADES DE FORMAÇÃO DO TRABALHADOR

Resumo: O artigo tem como objetivo analisar as oportunidades de formação do trabalhador em Alagoas, formativas. Com base em estudos teóricos e levantamento e análise de dados, foram sistematizadas as ações em Alagoas, nas redes públicas de ensino federal e estadual. O estudo identificou que, tanto na rede estadual quanto nas instituições privadas assumem o papel de executoras das ações de formação do trabalhador, recebendo maior organização e investimento nas iniciativas da rede federal do que nas da rede estadual. Esta, inclusive quanto aos recursos. O estudo evidencia o significado e a força das parcerias entre o setor público e a iniciativa

Palavras-chave: formação do trabalhador; parceria público/privado; educação em Alagoas.

Abstract: The article aims to analyze the opportunities for worker training in Alagoas, identifying the changes. Based on theoretical studies and survey and data analysis, were systematized actions vocational education government state. The study found that, both in the state, with more evidence, as in the federal system, many private institutions in worker training, receiving public funding. It was also evident that there is a larger organization and investment in the system. This, also, that depends greatly, especially in the resources. The study highlights the significance of the private sectors in the area of education in Alagoas.

Keywords: worker training, public / private partnership; education in Alagoas.

Introdução

Desde a década de 1990, o sistema de qualificação profissional no Brasil vem sendo marcado por significativas mudanças. A partir da década de 2000, essas mudanças combinam a ampliação de oportunidades de formação dos trabalhadores, a política de educação profissional e operam a divisão de responsabilidades entre o Estado e os trabalhadores, por meio de parcerias. Considerando esse contexto, a formação do trabalhador foi tomada como tema e apresentado neste artigo, cujo objetivo é analisar as oportunidades de formação do trabalhador em Alagoas, formativas[2].

A recorrência dos baixos índices educacionais em Alagoas repercute sobre o perfil dos trabalhadores do estado. Em Alagoas, das pessoas com 25 anos ou mais de idade, 31,3% não têm instrução ou estudaram menos de 4 anos. Assim, verifica-se que, no estado, 62,8% dessas pessoas apresentam um nível de escolaridade inferior ao exigido para o trabalho (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2012, p. 127). Entre as pessoas com 16 anos ou mais ocupadas (no mercado de trabalho) 5,9 anos e estudo e as mulheres 7,6 anos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2012, p. 127).

escolaridade dos trabalhadores é um desafio para o estado de Alagoas, ainda mais se considerarmos as condições de mercado de trabalho em constante mudança. Frente a essa realidade, o estudo em questão partiu da hipótese de que as ações profissionais são ofertadas aos trabalhadores em Alagoas pela rede pública estadual e como os agentes sociais

A metodologia da investigação combinou estudos teóricos e levantamento e análise de dados, tendo como fontes os portais do Ministério da Educação (MEC) e da Secretaria do Estado de Educação e Esporte de Alagoas (SEE-AL).

Na primeira parte do artigo, são apresentadas discussões teóricas sobre a relação entre trabalho, Estado e educação e a pesquisa. Parte-se do pressuposto de que o Estado envolve a sociedade política e a sociedade civil, conforme essa relação se estreita cada vez mais com a direção neoliberal que marca as políticas públicas a partir dos anos 1980, as parcerias entre o setor público e o setor privado crescem de importância.

Em seguida, são apresentados e discutidos os dados levantados, que possibilitaram uma estratificação em dois distintos questionamentos sobre a situação da educação profissional em Alagoas.

Nas considerações finais são apresentadas as principais evidências do estudo.

O público e o privado nas relações contemporâneas entre trabalho, Estado e educação

Para se discutir a respeito das ações do Estado brasileiro e alagoano voltadas para a qualificação da força de trabalho entre o setor público e a iniciativa privada para a materialização destas ações, faz-se necessário, portanto, conhecer o maior órgão governante da sociedade: o Estado.

Tendo como referência a definição de Estado da Enciclopédia Treccani, Gruppi (1987, p. 7) afirma que

[...] o Estado é um poder político que se exerce sobre um território e um conjunto de pessoas. O Estado é a maior organização política que a humanidade conhece. [...] no Estado há um território. É necessária a presença desses três elementos para que se possa falar de Estado.

Gruppi (1987) argumenta que, ao longo da história da sociedade, o Estado vai se modificando. Essas transformações, que estabelece relações de poder entre classes com posições distintas na divisão do trabalho e do governo (CHAUÍ, 2009): dos Estados imperiais grego e romano dominantes na Antiguidade, passando pelos primeiros traços do Estado moderno, típico da sociedade burguesa.

Desde as contribuições de Maquiavel, no século XV, acerca das relações entre governantes e governados, distintas concepções sobre esta forma específica de exercício do poder político vão sendo formuladas. Essas concepções, o Estado moderno nos limites da ordem burguesa – do que são exemplos as análises de Locke, Kant, Rousseau e a sociedade capitalista e, por consequência, o Estado moderno – como as formuladas por Engels, Marx e Gramsci. O Estado elaborada por este último teórico é a perspectiva norteadora do presente estudo, visto que ela permite entender o Estado, no seu sentido estrito, e a sociedade civil, no sentido amplo: “[...] por ‘Estado’ deve-se entender a sociedade ‘privada’ de hegemonia ou sociedade civil” (GRAMSCI, 2011c, p. 254-255). Ou seja,

[...] deve-se notar que na noção geral de Estado entram elementos que devem ser possíveis de dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegeliano (GRAMSCI, 2011c, p. 244).

Discutindo a noção de Estado ampliado de Gramsci, Coutinho (2003, p. 127) argumenta que tal noção

[...] comporta duas esferas: a sociedade política, que é formada pelo conjunto de instituições que detém o monopólio legal da repressão e da violência e que se identifica com o aparelho de poder executivo e policial-militar; e a sociedade civil, formada precisamente pelo conjunto de instituições que se encontram fora do aparelho de poder.

difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, por partidos e organização material cultural (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de r

Coutinho (2003) explica que o termo “ampliado” parte da compreensão de que a estrutura econômica e a su assim por Marx – constituem, para Gramsci, um bloco histórico: “A estrutura e as superestruturas formai contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção” (GRAMSCI, 2 relação entre as dimensões estrutural e superestrutural, indicando a reciprocidade entre tais dimensões, i (GRAMSCI, 2011a, p. 251).

A concepção ampliada do Estado, nos termos expostos por Gramsci, é fundamental para a compreensão trabalhador que envolvem o Estado – ente que sintetiza a pretensa “vontade geral” – e a sociedade civil – tel aparelhos privados de hegemonia. Em Gramsci (2011, p. 20-21), a sociedade política e a sociedade civil são i

[...] “planos” superestruturais [...] que correspondem, respectivamente, à função d a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estad

Coutinho (2003) indica que, ao desenvolver a noção de aparelhos privados de hegemonia, Gramsci retoma como trama privada do Estado, que é, segundo Coutinho (2003, p. 125),

[...] precisamente aquela trama privada a que Gramsci se refere, que mais tarde el de hegemonia. Ou seja, os organismos de participação política aos quais se adere v se caracterizam pelo uso da repressão.

Dessa forma, a identificação de pressupostos e de interesses entre sociedade política e sociedade civil, expre para a implementação de ações de formação do trabalhador, pode ser entendida como constitutiva do movin nesse campo. Partindo deste pressuposto é que este artigo discute a relação entre o público e o privado na Alagoas.

O sentido das parcerias na implementação de políticas sociais: implicações para as ações de forma

Com as transformações econômicas e políticas ocorridas no país nas últimas décadas, resultantes, entre out econômicos e políticos segundo a lógica neoliberal, a sociedade civil se metamorfoseia para uma posição “pr a redentora do desenvolvimento e do progresso do país. Segundo Doriguetto (2003, apud NEVES, 2005, p. 9

[...] essa nova sociedade civil organizada é concebida como esfera pública não-estat também homogeneamente, aglutina esforços na direção do bem comum, do interess

Esta nova posição da sociedade civil, como provedora das suas necessidades, visto que o Estado estrito sen: é fruto das transformações ocorridas no Brasil a partir dos anos 1990, quando o mesmo se tornou um “p: Henrique Cardoso defender, na época, a ideia que sem reformas não haveria desenvolvimento (FERRETTI, SI

Com a crise do capitalismo, o Estado expressa mais claramente seu caráter de classe e busca minimizar os e dominante. Por exemplo, ao Estado cabe contemporizar o hibridismo de duas formas de organização do tr taylorista-fordista, que visa à produção em grande escala, sem muita variação, que exige um trabalho espe marca toyotista, que permitiu ao capital internacionalizar-se de maneira ainda mais intensa e privada – i denominadas de transnacionais – e que visa à diversificação e aceleração da produção por meio da maciç: capacitado e polivalente para manipular símbolos e desempenhar várias atividades (FERRETTI, 1997; FERF mudanças vêm moldando o país, sua economia, sua política e sua educação segundo as orientações do cha Neves (2005, p. 90-91), vem promovendo

[...] a instauração de um modelo de estruturação de poder que pressupõe ao mesm da sociedade civil. Despolitização da política, no sentido da inviabilização de projetc de produção da existência, limitando as possibilidades de mudança aos marcos de civil, no sentido de fortalecimento de práticas que induzam à conciliação de classes.

Nesse movimento, a responsabilidade do Estado de provedor de direitos sociais passa a ser dividida com a parcerias entre o público e o privado e, ao mesmo tempo, individualizando o acesso da população a tais dire outros, postos como resultado de relações de competição entre os sujeitos. Dessa forma, os princípios do geral, como se não houvesse alternativas a esse processo.

Outro aspecto em jogo neste fenômeno das parcerias entre o Estado e a sociedade civil são os recurso população que, pela lógica, deveriam ser utilizados em serviços prestados para toda a sociedade. Entreta instituições privadas para ofertarem os serviços que deveriam ser garantidos pelo Estado, sob a justificativ público. Ou seja, por meio das suas relações econômico-políticas, os “parceiros” – entes do governo e repr estabelecer o consenso de que o serviço oferecido pelas instituições privadas garante mais indivíduos sendo público. É neste sentido que Kuenzer (2006, p. 901) identifica certa continuidade entre a direção política de educação profissional. Segundo a autora, mesmo havendo mudança de blocos no poder – do governo FHC pa

[...] repasse de parte das funções do Estado, e dos recursos para sua execução ampliação da capacidade de atendimento, segundo a concepção de público nã instituições privadas.

O discurso de eficácia encobre e desconsidera o fato de que o investimento público vem assegurando ganh em garantia de direitos sociais.

De acordo com Kuenzer (2000, p. 35),

[...] o Estado, por meio da reforma administrativa, substituiu a concepção de p deixando para o setor privado, ou seja, para o mercado, a regulação dos direitos assegurar o que é estratégico para a acumulação flexível, tanto na esfera pública qu

Essa discussão indica nitidamente que as relações capitalistas e as políticas educacionais caracterizam-se, . Além do seu caráter ideológico, no sentido de falsificação e manipulação do real, as propostas de uma e privado, que carrega sua concepção de educação mercadológica, comprometida com a capacitação do tr: (FERRETTI, 1997; KUENZER, 2000; OLIVEIRA, 2003) – no caso dos trabalhadores que irão desempenhar ta para colocar o seu conhecimento a serviço do aprimoramento das condições de exploração da força de tra tarefas mais complexas, típicas do sistema flexível. Em ambos os casos, as oportunidades de qualifica produtiva e para a garantia de sobrevivência dos trabalhadores, funcionam, contraditoriamente, como n próprios trabalhadores por postos de trabalho, o que promove o barateamento do custo da força de traba sobre o trabalho.

Com a flexibilização da economia, a hegemonia do mercado assegura regras para manter uma séri aprimoramento das condições de produção e reprodução do capital. Este direcionamento abre possibilidades políticas de formação do trabalhador. Com o aumento dos graus de exigência da formação do trabalhado pública de oportunidades de formação, mas esta é sempre insuficiente e os trabalhadores, não tendo opção, frequentar cursos por elas oferecidos e que são financiados pelo próprio Estado, como vem ocorrendo em Ala

As oportunidades de formação do trabalhador em Alagoas nas redes públicas federal e estadual

Considerando o referencial teórico anteriormente apresentado, foram buscados dados sobre as oportunidades de formação do trabalhador nas plataformas eletrônicas oficiais do MEC e da SEEE-AL, levando em conta as instituições de fomento desta modalidade.

Na busca das informações necessárias nos sites oficiais citados acima para a compreensão do sistema de educação e o descompasso dos dados, especialmente quanto à rede estadual. Esta ausência de informações pode ser considerada uma cobrança ao poder público por parte da sociedade civil organizada. Devido a isto, os dados que serão aqui apresentados são a oferta de oportunidades de formação do trabalhador nas redes federal e estadual em Alagoas.

Rede federal e formação do trabalhador em Alagoas

Historicamente, no Brasil, a iniciativa da rede federal em relação à educação profissional é a mais antiga, com as escolas de Aprendizes e Artífices no Brasil[3]. Depois de mais de um século de primeira ação significativa do governo, a partir dos anos 2000 a rede federal de educação tecnológica vem experimentando um significativo processo de expansão de escolas técnicas no país, ao passo que, em sete anos, de 2003 a 2010, foram criadas 214 novas escolas técnicas.

Esta expansão continua e em 2012 registrou-se a existência de 409 institutos federais, a maioria deles criados nos últimos anos. Por sua vez, na região nordeste, Alagoas possui 11 Institutos Federais, ou seja, 2,6% do total de institutos federais. Alagoas possui 102 municípios, 10,8% deles são cobertos pela rede federal de educação tecnológica.

Em relação aos demais estados da região do nordeste, avalia-se que Alagoas está proporcionalmente melhor quanto à relação entre o número dessas instituições e a quantidade de municípios de outros estados. Pode-se observar que o estado da Paraíba, que possui 223 municípios e abriga a mesma quantidade de institutos federais sediados.

A rápida expansão dos institutos federais em Alagoas provoca que se problematize a qualidade da oferta de institutos federais – localizados em Maceió, Marechal Deodoro e Palmeira dos Índios –, saltando para 11 (onze) municípios.

Na consulta à página eletrônica de cada uma das unidades da rede federal em Alagoas identificou-se que a maioria das unidades oferece o ensino médio integrado, em que os alunos frequentam um curso único, de nível médio, com duração de quatro anos. São ofertados, no estado, os cursos técnicos nas áreas de Edificações, Eletrotécnica, Informática, Agroecologia, Hospedagem e Agroindústria.

Outro formato de curso encontrado é o subsequente, no qual o indivíduo que já concluiu o ensino médio cursa cursos de Redes de Computadores e de Segurança do Trabalho.

Os institutos federais de Alagoas ofertam, ainda, cursos vinculados ao Programa Nacional de Integração Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), voltados para a formação profissional de estudantes.

Outra iniciativa da rede federal é a Escola Técnica de Artes (ETA), vinculada à Universidade Federal de Alagoas. Cursos de dança, música e canto são os cursos que a ETA oferta. A partir de 2012, a instituição firmou parceria com o Programa de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e novos cursos foram abertos, por exemplo, de Design, fotografia e audiovisual.

Rede estadual e formação do trabalhador em Alagoas

A rede pública estadual de educação de Alagoas oferta as seguintes alternativas de formação profissional: ensino médio integrado, ensino médio técnico e ensino médio tecnológico. Os cursos ofertados estão organizados em dois formatos, o técnico e o tecnológico.

O formato técnico tem por base o ensino médio integrado, que não se esgota com a oferta dos cursos normais de ensino médio integrado em Alagoas por meio do programa federal Brasil Profissionalizado, cujas verbas são destinadas ao ensino médio integrado à educação profissional. Entretanto, pelos dados coletados no estudo, as únicas escolas de Alagoas são as escolas normais e os institutos federais, conforme citado anteriormente. Dessa forma, no âmbito dos sujeitos aliamos a elevação de escolaridade com a formação para o trabalho.

Existem 10 escolas normais na rede pública do estado de Alagoas. Além destas, há 9 outras escolas dessa rede privada.

Segundo informação disponível no *site* da SEE-AL, o principal objetivo das escolas normais de nível médio cotidiano da escola” e sua função é a “formação de professores para atuar na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental.

Atualmente há um grande dilema sobre a extinção ou não das escolas normais em Alagoas. Embora o art. 6º da Lei nº 2.724/2000 admita a formação nesse tipo de curso para professores que atuam na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental, a maioria das escolas normais já extinguiu ou estão extinguindo esse tipo de curso e estão exigindo a obrigatoriedade da formação superior (MONTEIRO; COSTA, 2006). A situação de Alagoas é bem delicada, devido à decisão tomada de encerrar o ensino normal no Estado, mas houve recursos e mobilizações dos agentes atuantes nas escolas, que conseguiram forçar a aprovação da Lei nº 2.724/2000 e a reabertura da Escola Normal em Alagoas (informação verbal)[5].

Outro formato de cursos de educação profissional é o tecnológico, que tem sua materialização nos centros de educação profissional. Embora tais cursos sejam definidos pelo MEC como sendo de nível superior, em curso de graduação[6], não são cursos incluídos nessa categoria são desvinculados dos níveis educacionais, tendo como pré-requisito para a matrícula o fato de que centros de educação profissional, ligados à rede pública estadual e criados por decreto, são considerados de natureza privada (Sebrae), indicando clara destinação privada de recursos públicos.

O Centro de Educação Profissional Napoleão Barbosa, localizado em Maceió, objetiva “ofertar cursos de educação profissional em turismo-hospitalidade, lazer e desenvolvimento social e curso tecnológico em gestão de pequenas e médias empresas”. Diversos cursos ofertados e sua estrutura comporta laboratórios de informática e turismo, biblioteca e um auditório. Na fachada da instituição estampa uma foto da frente do prédio, em que uma placa identifica o centro como uma escola de educação profissional privada[8].

O objetivo do Centro de Educação Profissional de Coruripe Maria Alice Beltrão de Siqueira é “ofertar curso de educação profissional em turismo – hospitalidade, gestão de pequenas e médias empresas e *design* de produtos”. Com possibilidade de infraestrutura de laboratórios de informática, biblioteca e um auditório com capacidade para 150 pessoas. Todo o curso é realizado no Senac.

A rede estadual mantém, ainda, o Programa Escola de Pesca. O programa é realizado apenas no município de Floriano. Funciona a Escola de Pesca Floriano Joaquim de Melo. O objetivo deste programa, de acordo com a SEE-AL é “oferecer aos filhos de pescadores e a comunidade local, a oportunidade de se qualificarem para as etapas da cadeia produtiva e aumentando suas oportunidades no mercado de trabalho local”. Entretanto, não há ensino regular e recentemente passou a ser atendida pelo projeto “Mais Educação” do MEC[9].

As ações do governo de Alagoas para a qualificação profissional não se encerram com essas iniciativas. Outras ações são realizadas através de parcerias entre o governo estadual e o governo federal, como ocorre com diversos programas de educação profissional: Profissionalizado, Projovem, Proeja e Pronatec. Todos esses programas são ofertados, predominantemente, por instituições privadas.

Principais evidências da oferta pública de formação profissional em Alagoas:

O principal aspecto que ganha relevo na análise das oportunidades de formação do trabalhador em Alagoas é que praticamente todas as ações implementadas são resultantes de parcerias entre diversos agentes, de diferentes níveis de governo.

Apesar de existirem parcerias entre órgãos públicos – como o MEC e a SEE-AL, por exemplo –, é evidente a presença de iniciativa privada, especificamente com o sistema “S” (Senac e Senai, predominantemente). Este último sistema de educação profissional no Brasil, pois o próprio sistema “S” nasce da parceria do Estado com a iniciativa privada para o desenvolvimento do Brasil, na década de 1940.

Os dados levantados e analisados neste estudo sugerem que o financiamento público é fundamental para a manutenção da estrutura física e para todo o direcionamento dos princípios educacionais que norteiam a qualificação profissional. O governo federal envie mais recursos para a educação profissional em Alagoas do que aqueles que o governo estadual fornece deste tipo. Dados sobre recursos públicos são inexistentes nas páginas oficiais do governo de Alagoas na área de educação.

Outra questão que se torna evidente nas ações e programas identificados é a distribuição e criação de várias traz todo um processo de subdivisões, que ao mesmo tempo complexifica a organização e dificulta o cor iniciativas e dos investimentos.

Conclui-se, portanto, que a parceria entre o poder público e a esfera privada aparece como uma condição educação profissional, por meio da destinação de recursos públicos para a iniciativa privada. Além disso, é r quase que exclusivamente de recursos federais para a expansão de oportunidades de formação do trabalhado

Considerações Finais

Apesar da dificuldade encontrada no processo de pesquisa, devido à ausência, superficialidade e fragilidade órgãos públicos investigados, foi possível esboçar um panorama da situação da política pública de ed claramente, o significado e a força das parcerias entre o setor público e a iniciativa privada nessa área edu como na rede federal, muitas instituições privadas assumem o papel de executoras das ações de forma Também ficou evidente que há uma maior organização e investimento nas iniciativas da rede federal de sobremaneira daquela, especialmente quanto aos recursos.

Considerando o objeto investigado – as oportunidades de formação do trabalhador em Alagoas –, a grande eficácia das ações do Estado junto ao povo, há um movimento de privatização dos serviços sociais, pois o c ao Estado, enxugando cada vez mais as ofertas públicas à sociedade.

As informações esparsas e sem nexos, encontradas em muitas das fontes investigadas, trouxeram o ponto sobre o objeto pesquisado, mais do que as certezas em torno dele. As perguntas e hipóteses levantadas, r novos subsídios, que não foram pensados inicialmente como, por exemplo, a existência do Pronatec e a ideia Alagoas. Estes questionamentos ajudam a cumprir com o papel do pesquisador, que é de unir as várias sistematizá-las, para, assim, elucidar a pouco estudada realidade da educação profissional em Alagoas.

Os dados aqui apresentados revelaram significativos aspectos da realidade que está posta para a qualificação a abertura de um terreno fértil a ser explorado pela a pesquisa.

Referências

ALAGOAS. Prefeitura Municipal de Coruripe. Notícias. **Secretaria da Educação inicia novos cursos profiss** Disponível: < <http://www.coruripe.al.gov.br/noticias/412/marx-beltrao-participa-de-aula-inaugural-do-curso-> Acesso: 12 ag. 2012.

ALAGOAS. Secretaria do Estado da Educação e do Esporte. Escolanormal. **Ensino** <http://www.educacao.al.gov.br/educacao-basica/ensino-medio/escola-normal>>. Acesso em: 2 abr. 2012.

ALAGOAS. Secretaria de Estado da Educação e do Esporte. **Portaria/SEE n.º 042/ 2012**. Garantia da modalidade normal, em nível médio na rede estadual de ensino de alagoas. Maceió, AL, 24 de janeiro de 201

ALAGOAS. Secretaria de Estado da Educação e do Esporte. Notícias. **Estado vai ampliar oferta de ensino** Disponível
<http://www.educacao.al.gov.br/comunicacao/sala-de-imprensa/noticias/janeiro/marco/estado-vai-ampliar-of>
em: 20 abr. 2012.

ALAGOAS. Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Qualificação Profissional. Notícias. **Associação de apoio da Secretaria do Trabalho**, Alagoas, p. 1, <http://www.trabalho.al.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/2007/07/associacao-dos-pescadores-da-barra-de-s> Acesso em: 15 jun. 2012.

ALAGOAS. Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social. Notícias. **Projovem Adolescent** jan., 2009. Disponível em:

. Acesso: 17 abr. 2012.

ALAGOAS. Secretaria Estadual da Educação e do Esporte. Projetos. **Projovem Can** <http://www.educacao.al.gov.br/programas-e-projetos/projetos/projovem-campo/searchterm=Projovem%20>

ALAGOAS. Universidade Federal de Alagoas. Notícias. Alunos da rede pública participam do Pronatec, Alagoas, ago. 2012.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. **Lei nº 11.129, de 10 de junho de 2008**. Regulamenta o Programa Nacional de Inclusão de Jovem de junho de 2005, e regido pela Lei no. 11.692, de 10 de junho de 2008, e dá outras providências. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/educprof/educprof030812.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Início. **Brasil Profissionalizado**. 2012. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/educprof/educprof030812.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2012.

BRASIL. **Plano Brasil sem miséria**. Brasília, DF, 23 de abril de 2012.

BRASIL. Secretaria Nacional da Juventude. **Projovem Urbano**. Brasília, DF, s/d. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/educprof/educprof030812.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2012.

CHAUÍ, Marilena. Paradoxos da política. In: **Convite à filosofia**. Ática: São Paulo, 2009. p. 345-360.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. In: **Teoria e Política**. São Paulo, 2003. p. 121-143.

EVANGELISTA, Olinda. **Apontamentos para o trabalho com documentos de pesquisa**. Disponível em: <http://www.dfe.uem.br/texto/Olinda.PDF>. Acesso em: 18 de mar. 2012.

FERRETTI, Celso João. **Formação profissional e reforma do ensino técnico no Brasil: anos 90**. Educ. e Sociedade, vol. 22, n. 67, p. 225-269, 2004.

FERRETTI, Celso João; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **Educação profissional numa sociedade sem emprego**. Educ. e Sociedade, vol. 22, n. 67, p. 43-66, 2004.

FERRETTI, Celso João; ZIBAS, Dagmar M. L.; TARTUCE, Gisela Lobo B. P.; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **Educação profissional e reforma do ensino técnico no Brasil: anos 90**. Cadernos de Pesquisa, n. 118, março/2003. p. 155-188.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Volume I. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Volume II. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Volume III. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011c.

GRUPPI, Luciano. Tudo Começou com Maquiavel. In: **A concepção do Estado em Marx e Engels**. 8ª ed. Ec.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais.pdf

KUENZER, Acácia Zeneida. **O ensino médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito**. Educ. e Sociedade, vol. 22, n. 67, p. 877-910, 2004.

KUENZER, Acácia Zeneida. **A educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas educacionais**. Educ. e Sociedade, vol. 22, n. 67, p. 877-910, 2004.

MONTEIRO, Albêne Lis Monteiro; NUNES, Cely do Socorro Costa. A política estadual de formação de profes REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 29., 2006 Disponível em: < <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT08-2089--Int.pdf>>. Acesso em

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para ed espaço estratégico de difusão da nova pedagogia da hegemonia.** São Paulo: Xamã, 2005. p. 85-125.

OLIVEIRA, Ramon de. **Empresariado industrial e a educação profissional brasileira.** Educação e Pesqui:

SHIROMA, E; CAMPOS, R. F.; GARCIA, R. M. C. Decifrar textos para compreender a política: subsídios **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 427-446, jul./dez. 2005. Disponível em: < [/article/view/9769/8999](#)>. Acesso em: 20 out. 2011.

Graduanda no Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas. Bolsista PIE sobre Trabalho, Estado, Sociedade e Educação (GP-TESE – UFAL/CNPq). E-mail: mona_spina@hotmail.com.

Doutora em Educação: História, Política e Sociedade (PUC-SP). Professora do Programa de Pós-Graduaçã Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Estado, Sociedade e Educação (GP-TESE – UFAL/C

[1] Trata-se da pesquisa "Formação do trabalhador no Brasil e em Alagoas: configurações da relação públicc referida pesquisa, inserida no campo de estudos sobre as relações entre trabalho e educação, foi uma das at de como a relação entre o setor público e a iniciativa privada vêm se manifestando no âmbito da educaçã protagonismo do Estado nesse processo.

[2] Os dados e análises expostos neste artigo resultaram do projeto de iniciação científica "As oportuniada públicos e espaços privados", desenvolvido entre 2011 e 2013, no âmbito do projeto de pesquisa indicado na Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) na UFAL.

[3] Os dados apresentados neste e nos dois parágrafos seguintes foram extraídos de "Expansão da rede fed disponível em: < <http://redefederal.mec.gov.br>>. Acesso em: 12 jul. 2012.

[4] As informações desta parte do trabalho foram extraídas de . Acesso em: 2 abr. 2012.

[5] Informação verbal fornecida por profissional da rede estadual de Alagoas durante atividade de Estágio Si Maceió, em abril de 2012.

[6] Disponível em: . Acesso em: 12 jul. 2013.

[7] As informações sobre os centros de educação profissional de Maceió e de Coruripe foram extraídos de: . /

[8] Verificar em: http://www.al.senai.br/index.php?option=com_content&view=article&id=64%3Acentro-de-e

[9] Informação disponível <http://www.alagoastempo.com.br/noticia/40276/educaaaao/2013/06/06/prefeitura-inaugura-escola-na-barra->